TRANSFORMANDO O FUTURO: A BUSCA PELA INCLUSÃO PLENA NAS ESCOLAS PÚBLICAS

ADENILSON VIANA PAIVA

RESUMO
Neste artigo, busca-se uma análise de forma detalhada do processo de integração de alunos portadores de necessidades especiais no ensino público brasileiro. O estudo tem como principais objetivos identificar, reconhecer e demonstrar os mecanismos utilizados pelas instituições educacionais para promover a inclusão desses estudantes, bem como investigar a qualidade da educação oferecida. A pesquisa foi fundamentada em uma extensa revisão bibliográfica, que incluiu a análise de materiais publicados, como artigos acadêmicos, livros e revistas especializadas. A inclusão educacional, conforme abordada neste estudo, envolve não apenas a inserção física desses alunos nas escolas, mas também a implementação de práticas pedagógicas que garantem seu pleno desenvolvimento cognitivo e social. Para tanto, é necessário que as instituições e os educadores estejam preparados para adaptar seus métodos de ensino às especificidades desses alunos, ou que incluam a utilização de recursos didáticos diferenciados, tecnologias assistivas e, principalmente, uma postura pedagógica inclusiva, que valorize a diversidade dentro da sala de aula. A inclusão não pode ser vista como uma concessão, mas como um direito fundamental de todos os alunos. Para que esse direito seja plenamente garantido, é essencial que as políticas públicas, as práticas pedagógicas e a cultura escolar cumpram os princípios da equidade e da inclusão.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Ensino Público; Necessidades Educacionais Especiais; Instituição Escolar.

ABSTRACT
This article seeks to analyze in detail the process of integrating students with special needs into Brazilian public education. The study's main objectives are to identify, recognize, and demonstrate the mechanisms used by educational institutions to promote the inclusion of these students, as well as to investigate the quality of the education offered. The research was based on an extensive bibliographic review, which included the analysis of published materials, such as academic articles, books, and specialized magazines. Educational inclusion, as addressed in this study, involves not only the physical insertion of these students into schools, but also the implementation of pedagogical practices that ensure their full cognitive and social development. To this end, it is necessary for institutions and educators to be prepared to adapt their teaching methods to the specificities of these students, or to include the use of differentiated teaching resources, assistive technologies, and, mainly, an inclusive pedagogical approach that values diversity within the classroom. Inclusion cannot be seen as a concession, but as a fundamental right of all students. For this right to be fully guaranteed, it is essential that public policies, pedagogical practices and school culture comply with the principles of equity and inclusion.

KEYWORDS: Inclusion; Public Education; Special Educational Needs; School Institution.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a educação é um direito fundamental de todos, conforme estabelecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. Isso garante o acesso à educação a todos os cidadãos, independentemente de suas condições, representando um avanço na promoção dos direitos humanos.
Historicamente, o atendimento educacional a pessoas com deficiência era responsabilidade de instituições filantrópicas. Embora essas organizações tenham desempenhado um papel vital, a falta de definições claras sobre os diferentes tipos e graus de defici-

ência limita o progresso educacional dessas crianças.
Apesar de garantir o acesso, a inclusão enfrenta desafios, como a falta de preparação adequada dos professores, que não possuem formação específica para lidar com as diferentes necessidades dos alunos. A infraestrutura das escolas também representa um obstáculo, com a falta de recursos adequados, como salas de aula adaptada se profissionais especializadas. Essa realidade, marcada por avanços e desafios, exige uma análise crítica da inclusão escolar no Brasil. A garantia do acesso à educação, embora fundamental, não é suficiente para assegurar a efetiva inclusão de alunos com deficiência.
Para além da matrícula, é preciso garantir que esses alunos tenham condições de aprender e desenvolver todo seu potencial no ambiente escolar. Outro aspecto importante é a relação entre a escola e as famílias dos alunos. A participação ativa da família é essencial, mas a comunicação entre escola e família é, muitas vezes, deficiente, criando um abismo entre as expectativas dos pais e a realidade oferecida pela instituição.
De acordo com Machado e La begalini (2007), ainda que tais questões sejam garantidas por lei, não é possível assegurar que essa demanda da sociedade esteja sendo ou venha a ser atendida em curto espaço de tempo.
O objetivo geral deste trabalho é identificar, reconhecer e demonstrar como é realizada a inclusão de alunos com necessidades especiais em escolas regulares brasileiras. Atualmente, discute-se amplamente sobre a inclusão social e os benefícios de alunos com síndromes e deficiências frequentarem escolas regulares. Nesse contexto, a autora argumenta que um ensino separado individualizado, com atividades supostamente adaptadas, não se justifica. A aprendizagem é sempre imprevisível, e o professor deve considerar a capacidade de todos os alunos, evitando rotulá-los e entendendo que todos são capazes de assimilar conhecimento.

A INCLUSÃO E AS SUAS NUANCES

A percepção sobre a inclusão surgiu da vivência dentro de instituições escolares, onde se observou que a inclusão não está sendo realizada de forma viável para o aluno. “A inclusão deve garantir o acesso de todos a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo ou grupo social”. (ARANHA, 2001, p. 35)
Segundo Marre (1991), não se pode dizer que se faz uma escolha neutra; pelo contrário, se faz porque está relacionado com um sistema de valores e com as convicções últimas do sujeito que escolhe. A fundamentação teórica deste artigo foi construída a partir de uma revisão bibliográfica, elaborada com base em materiais já publicados, como livros, revistas e trabalhos acadêmicos.
De acordo com Gerhardt e Silveira (2009), A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa.

O entendimento sobre a inclusão surgiu da vivência dentro de instituições escolares, onde se observou que a inclusão não está sendo realizada de forma viável para o aluno. A inclusão deve garantir o acesso de todos a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo ou grupo social. (ARANHA, 2001, p. 35).

Segundo Marre (1991), não se pode dizer que se faz uma escolha neutra; pelo contrário, se faz porque está relacionado com um sistema de valores e com as convicções últimas do sujeito que escolhe.
De acordo com Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa.
Diante disso, a presente pesquisa, de caráter qualitativo, busca aprofundar a análise da inclusão escolar a partir da percepção da comunidade escolar. Para tanto, optou-se por realizar uma pesquisa de campo em uma escola pública municipal localizada na cidade de São Paulo, com o objetivo de investigar como a inclusão é vivenciada no cotidiano escolar e identificar os desafios e as potencialidades da inclusão na percepção de alunos, professores e gestores.
Mantoan (1997), comenta que, embora sai-

bamos que na educação especial há casos degenerativos muito severos, essas pessoas podem receber um acompanhamento educacional reabilitativo em seu próprio lar por meio da atuação de profissionais dedicados. A parceria entre escola e família é crucial para entender como lidar com essas crianças, necessitando de uma ação conjunta para a formação de um futuro adulto com responsabilidade social, caráter e respeito pelo próximo.
Diversas legislações garantem o acesso e o direito à educação de pessoas com necessidades especiais.

De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 2/2001, artigo 2º: "Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos" (MEC/SEESP, 2001).

Quando o educador trabalha com a educação inclusiva, sua prática deve abranger todos os níveis e modalidades de ensino, da educação especial à educação de jovens e adultos, contemplando a diversidade discente nas diferentes etnias, culturas e classes sociais. O professor deve observar, avaliar e mediar, para que os recursos pedagógicos disponíveis na escola sejam adequados tanto para os que ensinam quanto para os que aprendem.
Ainda que a legislação obrigue as instituições a matricularem alunos com necessidades especiais, como garantir uma educação de qualidade e significativa? A letra das leis, os textos teóricos e os discursos asseguram os direitos, mas o que os garante são as efetivas ações, na medida em que se concretizam os dispositivos legais e todas as deliberações contidas nos textos de políticas regulares. Para isso, é necessário prover recursos de toda ordem, permitindo que os direitos humanos sejam respeitados de fato.
Aqui o autor analisa a educação tradicional como um modelo de ensino que se caracteriza por uma abordagem predominantemente centrada no professor. Nesse contexto, o conhecimento é transmitido de maneira unidirecional, onde o educador atua como o principal transmissor de informações e os alunos são vistos como receptores passivos. Essa dinâmica resulta em um foco excessivo na memorização e na reprodução de conteúdos, muitas vezes em detrimento do entendimento profundo e da aplicação prática do saber. Além disso, esse modelo tradicional tende a desconsiderar as particularidades e as necessidades individuais de cada estudante, o que pode levar a um aprendizado superficial e desconectado da realidade vivida pelos alunos. A falta de interação e de práticas pedagógicas diversificadas limita a capacidade dos estudantes de desenvolver habilidades críticas e criativas, essenciais para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo. O autor enfatiza a importância de repensar essa abordagem, defendendo que a
O professor atual muitas vezes ainda está ligado ao modelo de educação tradicional, baseado no modelo médico-pedagógico, que se confunde com a educação deve ir além dos métodos tradicionais. Ele propõe práticas pedagógicas que valorizem a diversidade, promovam a autonomia dos alunos e incentivem o desenvolvimento integral. Isso implica em criar um ambiente de aprendizagem mais colaborativo, onde os estudantes possam participar ativamente do processo educativo, expressar suas opiniões e construir seu próprio conhecimento. Ao adotar essa perspectiva mais inclusiva e dinâmica, a educação pode se tornar um instrumento poderoso para preparar os alunos.
Estudos mostram que a grande dificuldade do professor é aceitar críticas a esse modelo dominante, causando muitas vezes o fracasso escolar. Os alunos com necessidades especiais podem ter uma única deficiência ou múltiplas deficiências e síndromes. As inclusões podem ser divididas em quatro categorias principais:
A deficiência visual, ou cegueira, é caracterizada pela perda total ou parcial da visão de um ou ambos os olhos. A perda total da visão ocorre quando há comprometimento de componentes oculares, como o nervo óptico. Essa perda pode ser permanente ou temporária, a cegueira é uma alteração grave ou total de uma ou mais das funções elementa-

res da visão.
A baixa visão, também conhecida como visão subnormal ou visão residual, permite ao portador utilizar sua visão de forma limitada. Conforme Sá (2013), a definição de baixa visão é complexa devido à variedade e à intensidade de comprometimentos das funções visuais.
A baixa visão é uma condição que se refere à diminuição significativa da capacidade visual de uma pessoa, que não pode ser totalmente corrigida por meio de óculos, lentes de contato ou cirurgia. Essa condição pode surgir devido a várias causas, incluindo doenças oculares como catarata, glaucoma, retinopatia diabética, degeneração macular, entre outras.
As pessoas com baixa visão enfrentam diversos desafios em suas atividades
diárias. Isso pode incluir dificuldades para ler, reconhecer rostos, ver detalhes em ambientes iluminados ou escuros, e se locomover de forma segura. A baixa visão pode impactar a qualidade de vida, limitando a independência e a participação em atividades sociais e profissionais.
É importante destacar que a baixa visão não é a mesma coisa que a cegueira total. Muitas pessoas com essa condição ainda possuem alguma percepção de luz ou formas, o que pode ser aproveitado com o uso de recursos e adaptações específicas. Tecnologias assistivas, como lupas eletrônicas, softwares de leitura e dispositivos de ampliação, podem ajudar a melhorar a qualidade de vida e permitir que indivíduos com baixa visão realizem tarefas cotidianas com mais facilidade.
O suporte emocional e a orientação de profissionais especializados, como oftalmologistas e terapeutas ocupacionais, também são fundamentais para ajudar as pessoas a se adaptarem a essa condição, promovendo estratégias que favoreçam a autonomia e a inclusão social. A deficiência motora, ou física, é definida pelo Decreto 5.296 de 02 de dezembro de 2004, como:
Lesão Cerebral: A lesão cerebral refere-se ao dano que ocorre em uma ou mais áreas do cérebro, podendo afetar diversas funções, como a movimentação, a cognição, a memória e o comportamento. As causas das lesões cerebrais podem incluir traumas físicos (como acidentes), acidentes vasculares cerebrais (AVCs), infecções, tumores ou condições neurodegenerativas. Os sintomas variam conforme a área do cérebro afetada, podendo incluir dificuldades motoras, problemas de fala, alterações de humor e dificuldades cognitivas.
Lesão Medular: A lesão medular envolve o dano à medula espinhal, que é a estrutura responsável por transmitir sinais entre o cérebro e o resto do corpo. Esse tipo de lesão pode resultar em paralisia parcial (tetraplegia ou paraplegia) ou total, dependendo da localização e da gravidade do dano. As causas mais comuns incluem traumas (como quedas ou acidentes de carro), doenças (como esclerose múltipla) e tumores. Os pacientes podem enfrentar desafios relacionados à mobilidade, controle da bexiga e intestinos, e podem necessitar de reabilitação intensiva.
Miopatias: As miopatias são um grupo de doenças musculares caracterizadas pela degeneração progressiva dos músculos. Essas condições podem ter várias causas, incluindo genéticas, inflamatórias ou metabólicas. Os sintomas geralmente incluem fraqueza muscular, fadiga e, em alguns casos, dor. Infelizmente, muitas miopatias não têm cura conhecida, e o tratamento geralmente se concentra na gestão dos sintomas e na manutenção da função muscular por meio de fisioterapia e exercícios.
Deficiência Intelectual: A deficiência intelectual é uma condição caracterizada por limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, que afetam a vida diária. Essa condição é diagnosticada com base em testes de QI e na avaliação das habilidades de vida cotidiana. As causas podem variar amplamente, incluindo fatores genéticos, complicações durante a gravidez ou o parto, e condições ambientais. As pessoas com deficiência intelectual podem enfrentar desafios em áreas como aprendizado, comunicação e interação social, mas com apoio adequado, podem levar vidas plenas e produtivas.
Esses tópicos refletem diferentes tipos de condições que podem impactar a vida das pessoas, exigindo abordagens específicas de tratamento e suporte. A deficiência inte-

lectual ocorre devido a uma lesão ou má formação cerebral.
De acordo com o Decreto 5.296 de 02 de dezembro de 2004, é caracterizada por funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com limitações em áreas de habilidades adaptativas como comunicação, cuidado pessoal e habilidades sociais (BRASIL, art, 5º, 2003).
O ouvido humano é constituído por três partes: interno, médio e externo. A perda auditiva total ou parcial ocorre devido a lesões em qualquer uma dessas partes.
Nas reformas educacionais, os professores enfrentam diversas concepções educacionais. Uma visão comum é a do professor como transmissor de conhecimento externo, ou seja, um técnico. Em contraste, novas tendências apostam no professor reflexivo, capaz de criar seu próprio caminho profissional coletivo, construído no caminhar pedagógico. Investir na formação docente é crucial para que o professor possa elaborar e transformar suas práticas conforme necessário.
Assumir o papel do professor na mudança da criança requer investimento em formação contínua. É fundamental tratar o ensino como uma profissão dinâmica e em desenvolvimento, onde o professor assume a responsabilidade pelos rumos da mudança educacional, atuando como agente de transformação social, política e cultural.
O planejamento e avaliação das aulas são essenciais para o professor reflexivo. Isso inclui registrar ações, avanços e dificuldades dos alunos. O professor é um mediador do saber, responsável por formar o aluno através de conteúdos e saberes, moldando o caráter e a identidade dos alunos.
Integrar alunos com necessidades especiais ensina os demais a integrar sem preconceitos. Contudo, se um professor segrega esses alunos, os demais também praticarão o preconceito. A inclusão vai além da sala de aula, envolvendo atividades e momentos de interação para criar laços afetivos e uma real integração.
A escola deve ser vista como uma instituição formadora, preparando alunos para viver em sociedade, ensinando valores, competências, habilidades e atitudes necessárias para a vida em sociedade. O educador deve criar um ambiente propício para a aprendizagem, ensinando autonomia sem proteção excessiva ou abandono.
Atualmente, a formação universitária dos professores tem sido falha em relação à educação especial. Diversos cursos de graduação ensinam conceitos e legislações, mas não como educar de forma significativa esses alunos. Portanto, o educador deve buscar novos conhecimentos e formação continuada. O papel dos gestores, pais, responsáveis e do Estado é imprescindível para proporcionar uma educação realmente significativa.
A avaliação efetiva integra informações significativas sobre a dinâmica familiar e processos ocultos, essenciais para a análise dos procedimentos de ensino e das relações afetivas e significativas estabelecidas pelo sujeito.
As dificuldades são imensas, especialmente se os pais transferirem a responsabilidade para a escola. Muitas vezes, o problema é interno à família, relacionado a aspectos de autoridade ou permissividade. A comunicação entre escola e pais é fundamental para alcançar um equilíbrio emocional e social.
Nesse sentido, a escola precisa estar preparada para acolher as diferentes necessidades dos alunos, oferecendo um ambiente de aprendizagem que promova o desenvolvimento integral de cada um. Isso implica em investir na formação continuada dos professores, proporcionando-lhes ferramentas e estratégias para lidar com a diversidade e atender às necessidades individuais dos alunos.
Além disso, é fundamental que a escola estabeleça uma comunicação efetiva com as famílias, construindo uma relação de parceria e colaboração na educação dos alunos. A participação dos pais no processo educativo é essencial para que a escola possa compreender as necessidades de cada aluno e desenvolver estratégias pedagógicas adequadas.
O Estado também tem um papel fundamental na promoção da inclusão escolar, garantindo recursos financeiros e estruturais para que as escolas possam oferecer um ensino de qualidade para todos os alunos. É preciso

investir na formação inicial e continuada dos professores, na adaptação dos espaços físicos e na aquisição de recursos pedagógicos que atendam às necessidades dos alunos com deficiência.

A inclusão escolar é um processo complexo que exige o comprometimento de todos os envolvidos: escola, família e Estado. É preciso superar as barreiras atitudinais, pedagógicas e estruturais que impedem a efetiva inclusão dos alunos com deficiência, garantindo que todos tenham acesso a uma educação de qualidade e a oportunidade de desenvolver seu potencial.

Com base nos pontos discutidos, fica evidente que a inclusão escolar é um processo complexo e multifacetado, que exige um compromisso contínuo de todos os atores envolvidos. A mera matrícula de alunos com necessidades especiais em escolas regulares não garante uma educação de qualidade. É preciso ir além, investindo na formação de educadores, adaptando os ambientes escolares, fortalecendo as políticas educacionais e promovendo a colaboração entre escola, família e comunidade.

A mudança de mentalidade é fundamental para quebrar preconceitos e estereótipos, reconhecendo a individualidade e o potencial de cada aluno. O professor, como mediador do processo de aprendizagem, desempenha um papel crucial na construção de uma escola inclusiva, buscando constantemente aprimorar suas práticas pedagógicas.

A inclusão não deve ser vista apenas como uma obrigação legal, mas como uma oportunidade de enriquecer o ambiente escolar e a sociedade. Ao valorizar a diversidade e atender às necessidades de todos os alunos, a escola se torna um espaço de crescimento, respeito mútuo e aprendizado verdadeiro.

Em última análise, garantir uma educação inclusiva e de qualidade é um dever de todos. Somente assim será possível construir uma sociedade mais justa e igualitária, onde cada aluno tenha a oportunidade de alcançar seu potencial máximo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fundamental adotar novas metodologias de ensino que estimulem o interesse dos alunos e promovam sua formação integral, por meio de propostas inovadoras elaboradas pelos educadores e pela instituição de ensino. Ao analisar o número de alunos matriculados em escolas regulares em todo o Brasil, surge a questão de como assegurar que essa educação seja ministrada de maneira significativa e com alta qualidade.

A pesquisa indica que, apesar do aumento no número de alunos com necessidades especiais matriculados na rede pública, muitas instituições e educadores ainda não estão adequadamente preparados para oferecer uma educação de qualidade a esses estudantes. Esse contexto demanda uma reflexão profunda sobre as práticas educacionais e a implementação de estratégias que abordem as lacunas existentes na formação e atuação dos educadores.

É imprescindível que as escolas desenvolvam programas de capacitação contínua para os professores, focando em metodologias inclusivas que atendam às diversas necessidades dos alunos. Além disso, a colaboração entre profissionais da educação, famílias e comunidades é vital para criar um ambiente de aprendizado mais acolhedor e eficaz. Somente assim será possível garantir que todos os alunos, independentemente de suas particularidades, tenham acesso a uma educação de excelência que os prepare para os desafios do futuro.

Compreendemos que práticas educativas inovadoras podem favorecer o processo de aprendizado e a interação dos alunos de forma espontânea. Essas práticas permitem que os educandos assimilem conceitos e conhecimentos de maneira mais eficaz, utilizando recursos alternativos inseridos em seu contexto social. Assim, é possível relacionar a realidade dos alunos com materiais que promovam uma aprendizagem significativa, conectando seu conhecimento de mundo com o conteúdo educacional.

Para alcançar uma educação inclusiva e de qualidade, é necessário investir na formação contínua de educadores, equipando-os com as habilidades e conhecimentos necessários para atender às diversas necessidades dos alunos. Isso inclui a capacitação em metodologias inclusivas, a sensibilização para as questões de acessibilidade e a promoção de

atitudes positiva sem relação à diversidade.
É fundamental adotar novas metodologias de ensino que estimulem o interesse dos alunos e promovam sua formação integral, por meio de propostas inovadoras elaboradas pelas escolas regulares em todo o Brasil, surge a questão de como assegurar que essa educação seja ministrada de maneira significativa e com alta qualidade.
A pesquisa indica que, apesar do aumento no número de alunos com necessidades especiais matriculados na rede pública, muitas instituições e educadores ainda não estão adequadamente preparados para oferecer uma educação de qualidade a esses estudantes. Esse contexto demanda uma reflexão profunda sobre as práticas educacionais e a implementação de estratégias que abordem as lacunas existentes na formação e atuação dos educadores.
É imprescindível que as escolas desenvolvam programas de capacitação contínua para os professores, focando em metodologias inclusivas que atendam às diversas necessidades dos alunos. Isso pode incluir treinamentos sobre práticas pedagógicas diferenciadas, uso de tecnologias assistivas e estratégias de adaptação curricular, permitindo que os educadores se sintam mais confiantes e preparados para lidar com a diversidade em sala de aula.
Além disso, a colaboração entre profissionais da educação, famílias e comunidades é vital para criar um ambiente de aprendizado mais acolhedor e eficaz. As escolas devem promover um diálogo aberto com as famílias, envolvendo-as no processo educativo e garantindo que suas preocupações e sugestões sejam ouvidas. Essa parceria pode facilitar a identificação de necessidades específicas dos alunos e contribuir para a construção de um suporte mais robusto.
Outro aspecto importante é a criação de um ambiente escolar inclusivo, que valorize a diversidade e promova a empatia entre os alunos. Atividades que incentivem a convivência e a colaboração entre estudantes com e sem necessidades especiais podem ajudar a desmistificar preconceitos e promover um senso de pertencimento. A inclusão deve ser uma prioridade não apenas nas práticas pedagógicas, mas também na cultura escolar como um todo.
Por fim, é essencial que haja políticas públicas que apoiem a formação e a valorização dos educadores, garantindo recursos adequados para a implementação de práticas inclusivas. Investir na educação é investir no futuro da sociedade, e é responsabilidade de todos nós assegurar que cada aluno tenha a oportunidade de desenvolver seu potencial ao máximo, independentemente de suas particularidades. Somente assim será possível garantir que todos os alunos, independentemente de suas particularidades, tenham acesso a uma educação de excelência que os prepare para os desafios do futuro.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. Revista do Ministério Público do Trabalho, Ano XI, n.º 21, março, 2001.
ARENDT, Hannah. A crise na educação: III e IV. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 247.

BRASIL. Decreto Nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004 - DOU de 03/12/2004. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 24 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Documento subsidiário à política de inclusão. Brasília. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/docsubsidiariopoliticadeinclusao.pdf>. Acesso em: 24 set. 2023.

CARVALHO, Rosita Édler. Educação Inclusiva: Com os Pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LUZ, Gizeli; GESSER, Verônica. Professor Pes-

quisador. Revista Presença Pedagógica. Belo Horizonte, v.13, n.78, p. 19-25, 2007.

MACHADO, Lourdes Marcelino; LABEGALINI, Andréia Cristina Fregate Baraldi. Educação Inclusiva: Cultura e Cotidiano Escolar. Marília: Edições M3T Tecnologia e Educação, 2007.

MANTOAN, Maria Tereza Égler; MARQUES, Carlos Alberto. A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Ed. SENAC, 1997.

MARRE, Jacques Andre Leon. História de vida e método biográfico. In: Cadernos de Sociologia (Porto Alegre), Porto Alegre, v. 3, n. 3, jan./jun. 1991.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
SÁ, E. D. de; CAMPOS, I. M. de; SILVA, M. B. C. Atendimento educacional especializado: deficiência visual. Brasília: SEESP/ SEED/ MEC, 2007.

TARTUCE, T. J. A. Métodos de pesquisa. Fortaleza: UNICE – Ensino Superior, 2006. Apostila.